

O Futuro da Agricultura Portuguesa com a nova PAC

Perspectiva da Administração

Colóquio

Reforma da PAC

A Agricultura como sector estratégico na Economia do País





Hugo Costa Ferreira – GPP - DSPMA

17 de Novembro de 2010

Ponte de Sor



GPP Gabinete de Planeamento e Políticas

Acorpsor – Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor



l.

A PAC na UE pós-2013: um debate europeu e uma negociação global

]].
A agricultura portuguesa e a
PAC pós-2013: especificidade
nacional

III. Dinamização do debate nacional sobre a PAC pós-2013: iniciativas e organização do MADRP

Dinamização do debate:
Linhas emergentes do debate nas
Instituições comunitárias
Documento Grupo de Peritos

V.

Posicionamento Portugal: algumas mensagens já transmitidas



I - A PAC na UE pós-2013: um debate europeu e uma negociação global

Factores de Enquadramento da negociação da PAC pós - 2013

Contexto externo à UE

- ✓ Quadro económico e social complexo
- ✓ Aprofundamento da Globalização e volatilidade dos mercados
- ✓ Novas prioridades políticas: energia; alterações climáticas; combate à perda de biodiversidade

Contexto interno à UE

- ✓ Novo modelo institucional da UE Tratado de Lisboa – Co-decisão PE
- ✓ Revisão orçamento UE (tendência histórica de redução do peso PAC) e
 Perspectivas Financeiras 2014-2020
- ✓ Limitação dos actuais Instrumentos da PAC (RPU modelo histórico; custos transacção DR; rede de segurança)

Reformulação de Prioridades e Instrumentos da PAC Aumento de articulação com outras políticas europeias MAIOR LEGITIMIDADE, EFICÁCIA e EFICIÊNCIA da PAC



I - Um debate europeu e uma negociação global - Etapas negociação

Ano /Sem		Futuro da PAC pós 2013	Persp. Fin. / EU 2020 /Pol.Coesão
2010	1º	 Debate Público UE (Abril a Junho) 1º Relatório PE - R. Lyon (Junho) 	• Estratégia Europa 2020 – Aprovação no CE (Junho)
	2º	 Resolução do PE (Julho) Conferência Bruxelas (19-20 Julho) Comunicação da COM Futuro da PAC (18Nov) 	 Resolução do PE P. Coesão e P. Regional 2013 (Out) Comunicação da COM sobre Revisão Orçamental (19 Out) Relatório Coesão (Nov)
2011	19	 Consulta pública UE Debate político nas Instituições Europeias Preparação das propostas legislativas 	 EU 2020: EM entregam PEC + PNReforma (Abril) Rel. PE sobre futuro quadro financeiro (Junho) Comunicação da COM sobre as Perspectivas Financeiras (Junho)
	2º	 Avaliação de impacto e posição EM Propostas Legislativas da COM 	Propostas Legislativas da COM
2012		Negociações e acordos políticos	

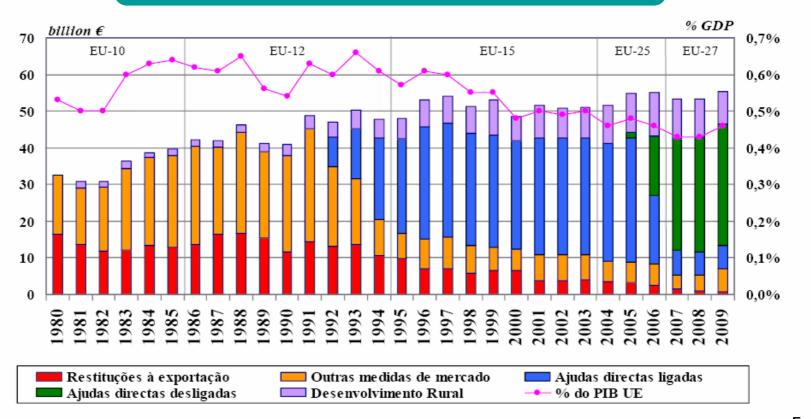
no âmbito das instituições europeias (co-decisão)



II - A PAC na UE pós-2013: um debate europeu e uma negociação global

A Despesa da PAC e as reformas da PAC

(Preços constantes 2007)





II - A agricultura portuguesa e a PAC pós-2013: especificidade nacional

Peso de Portugal na UE 27 (%)

Superfície Agrícola Útil
Emprego agrícola (UTA)
SAU em zona desfavorecida
SAU em Natura 2000
Valor da produção agrícola
Despesa agrícola
Despesa agrícola (1.º pilar)
Despesa agrícola (2.º pilar)
Contribuições Orçamento UE

2,0 3,1 3,4 3,8 1,9 2,3 1,6 4,3	
3,4 3,8 1,9 2,3 1,6 4,3	2,0
3,8 1,9 2,3 1,6 4,3	3,1
1,9 2,3 1,6 4,3	3,4
2,3 1,6 4,3	3,8
1,6 4,3	1,9
4,3	2,3
•	1,6
1,4	4,3
	1,4

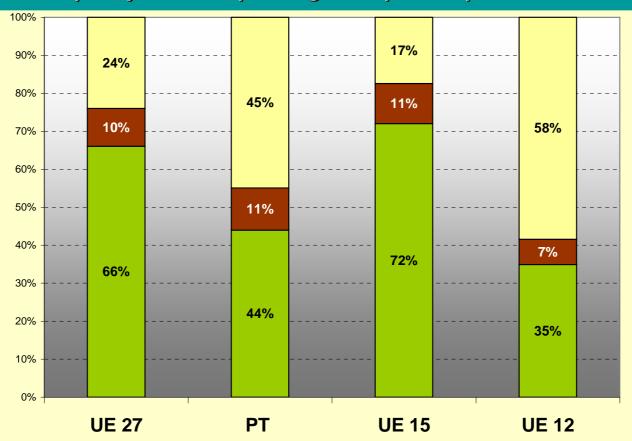
Saldo Balança
Agro-Alimentar
(23º EM)
Saldo da Balança
Agro-alimentar
per capita
_

-3.461 M€	
326 €	



II - A agricultura portuguesa e a PAC pós-2013: especificidade nacional

Repartição da Despesa Agrícola pelos 2 pilares da PAC

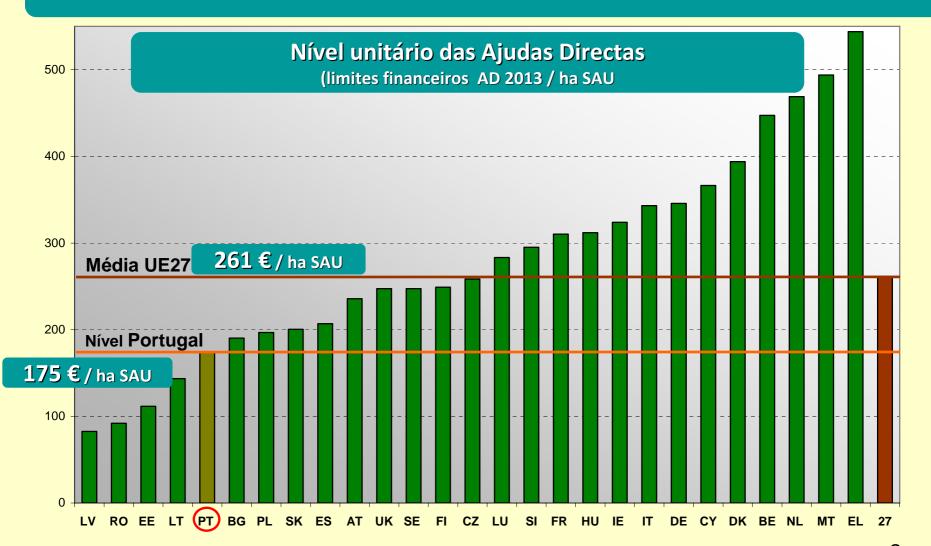


□ 1º Pilar (Ajudas Directas) ■ 1º Pilar (Medidas de mercado) □ 2º Pilar (Desenvolvimento Rural)



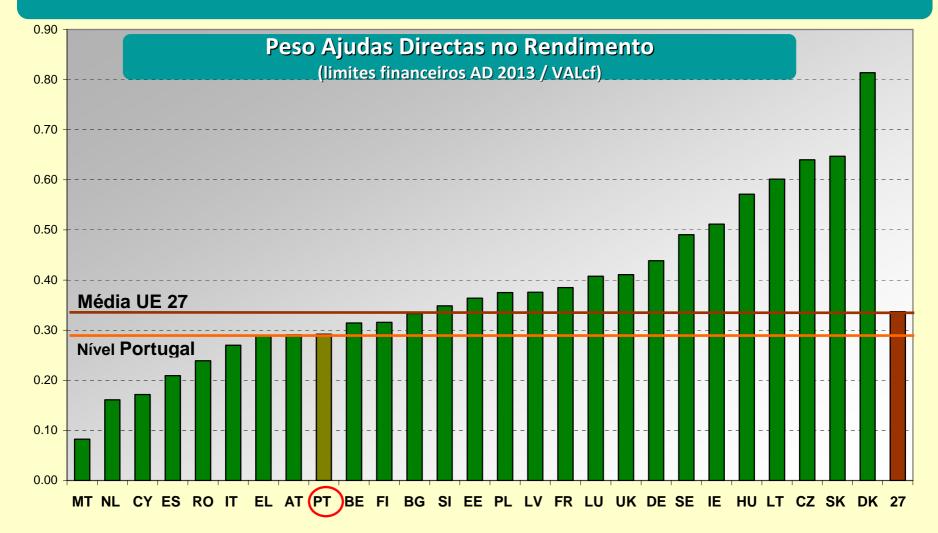


II - A agricultura portuguesa e a PAC pós-2013: especificidade nacional





II - A agricultura portuguesa e a PAC pós-2013: especificidade nacional





III- Dinamização do debate nacional sobre a PAC pós-2013: Iniciativas e organização do MADRP

Dispositivo estabelecido pelo MADRP

Diploma de enquadramento (Despacho MADRP n.º 6776/2010, publicado em 16 de Abril)

- Visão política e estruturas de coordenação
- Grupo de peritos (Despacho MADRP n.º 7164/2010, publicado em 23 de Abril)

Documento A agricultura portuguesa e o futuro da PAC pós-2013, de 4 de Outubro de 2010.

• Comissão de Aconselhamento da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Despacho MADRP n.º 7988/2010, publicado em 6 de Maio) - fórum de participação das Org. Agricultores e outros parceiros

Dispositivos específicos GPP de auscultação e Informação:

- Conselho de Coordenação Estratégica do GPP
- Comissão de Coordenação Nacional do FEADER
- Página Web (www.gpp.pt/pac2013)





IV - Dinamização do debate sobre a PAC pós-2013: Linhas emergentes das Instituições comunitárias no debate (1)

✓ Objectivos da futura PAC:

Segurança Alimentar - viabilização do sector produtivo, redução da volatilidade dos preços e do rendimento (sector agrícola muito exposto à volatilidade dos preços e aos riscos naturais, níveis médios de rendimento inferiores aos restantes sectores de actividade económica), melhoria da competitividade incluindo uma maior participação do sector da produção na mais valia gerada na cadeia alimentar

Gestão sustentável dos recursos naturais - práticas agrícolas sustentáveis, fornecimento de bens públicos à sociedade que não sejam remunerados pelo mercado, adopção de inovação (novas tecnologias de produção, produtos, novos mercados), combate à perda de biodiversidade e redução dos efeitos das alterações climáticas.

<u>Desenvolvimento territorial equilibrado</u> - apoio ao **emprego rural**, preservando o **tecido social dos territórios**, e melhoria das economias rurais por via da **diversificação das actividades** desenvolvidas localmente.



V - Dinamização do debate sobre a PAC pós-2013: Linhas emergentes das Instituições comunitárias no debate (2)

✓ PAC uma política comum, com instrumentos focados e eficazes, com maior legitimidade.

√ Medidas de mercado:

Manter a **orientação pelo mercado** com **adaptação** e **simplificação** dos **instrumentos de regulação**;

Melhorar o funcionamento da cadeira alimentar possivelmente através de alguma regulação das relações contratuais, do funcionamento do mercado de derivados de produtos agrícolas, e de uma consolidação do sector produtivo.

✓ Pagamentos directos

Justificação com base em **critérios económicos** (função de apoio ao rendimento), **critérios ambientais** (função de apoio ao fornecimento de bens públicos de base);



V - Dinamização do debate sobre a PAC pós-2013: Linhas emergentes das Instituições comunitárias no debate (3)

√ Pagamentos directos (cont.)

Tipologia de apoios directos

- 1- pagamento base desligado da produção:
 - atribuído a todos os agricultores em actividade;
 - modelo não histórico de direitos transferíveis;
 - respeito pela condicionalidade;
 - possibilidade de aplicação de um máximo de apoio por exploração.
- 2-pagamento complementar de bens públicos (medidas de natureza agroambiental, aplicáveis em toda a UE, remuneração de práticas agro-ambientais de carácter anual)
- 3-apoio adicional ao rendimento de agricultores localizados em áreas sujeitas a condições naturais desfavoráveis (transferência das medidas às zonas desfavorecidas do 2.º pilar);
- 4-apoio específico não desligado a tipos de exploração que sejam particularmente importantes em regiões por razões económico-sociais.



V - Dinamização do debate sobre a PAC pós-2013: Linhas emergentes das Instituições comunitárias no debate (4)

✓ Pagamentos directos (cont.)

Garantia de um nível mínimo de pagamentos directos a pequenos agricultores.

<u>Utilização de critérios objectivos e de equidade na redistribuição dos recursos financeiros que promovam a legitimação da PAC pós-2013:</u>

- redistribuição limitada (sem ser um sistema flate rate),
- período de transição para o novo sistema de pagamentos directos.

<u>Simplificação da condicionalidade</u> (conjunto de regras mais simples para as administrações e agricultores).

✓ Desenvolvimento Rural (DR)

Instrumentos de política de DR mais focados no reforço da **Competitividade e Inovação, no uso sustentável dos recursos naturais,** combate às **alterações climáticas** e na procura de um **desenvolvimento territorial mais equilibrado**



V - Dinamização do debate sobre a PAC pós-2013: Linhas emergentes das Instituições comunitárias no debate (5)

✓ <u>Desenvolvimento Rural (DR) (cont,)</u>

Melhorar a coerência da política de DR com as outras políticas num lógica de simplificação mas através de um quadro estratégico comum.

✓ Outros linhas emergentes

Tendência de redução do peso do orçamento agrícola no orçamento da UE



V - Dinamização do debate sobre a PAC pós-2013: Grupo de Peritos

Documento *A agricultura portuguesa e o futuro da PAC pós-2013* - 4 de Outubro 2010 Áreas de intervenção propostas para a PAC pós-2013 (1)

✓ Regulação dos mercados e estabilização dos preços e rendimentos agrícolas (mecanismos de intervenção, co-financiamento PAC nos seguros agrícolas nacionais, estabelecimento de contratos que reforcem posição dos agricultores na fileira, melhor gestão dos stocks internacionais)

√ Três tipos de apoio aos agricultores:

- -Apoio base a todos os agricultores em actividade efectiva (remuneração de bens públicos de base) (1.º pilar).
- -Apoio base complementar (remuneração de bens públicos ambientais suplementares viabilizar sistemas, usos do solo e práticas agrícolas adequadas) (1.º pilar apoio simplificado anual sem contratualização plurianual como acontece no 2.º pilar).
- -Apoio específicos a sectores e zonas rurais com vulnerabilidades naturais e sectores/tipos de agricultura mais vulneráveis.



V - Dinamização do debate sobre a PAC pós-2013: Grupo de Peritos

Documento *A agricultura portuguesa e o futuro da PAC pós-2013* - 4 de Outubro 2010 Áreas de intervenção propostas para a PAC pós-2013 (2)

✓ **Promoção da inovação e competitividade** dos sistemas de produção agrícola e florestal (investigação e desenvolvimento, extensão, formação; incentivar investimentos eficientes economicamente, que criem emprego e que contribuam para minimizar os efeitos das alterações climáticas; comercialização e promoção de produtos agrícolas).

✓ Apoio ao desenvolvimento, integração e à diversificação económica dos territórios rurais (numa óptica de coesão económica, social e territorial, reforço da diversificação das economias rurais, infra-estruturas e serviços locais, mobilização dos agentes económicos e sociais)



VI - Posicionamento de Portugal – algumas mensagens já transmitidas

Principais linhas orientadoras PAC pós-2013

- ✓ Política com regras comuns, mais legitima, dotada de meios suficientes, 2 pilares complementares, mais eficaz nos instrumentos e equitativa.
- ✓ Reforço dos mecanismos de regulação e estabilização dos mercados agrícolas: redução da volatilidade dos preços e dos rendimentos e melhoria do funcionamento da cadeia alimentar.
- ✓ 1.º pilar de financiamento exclusivamente comunitário: inclusão das compensações às zonas desfavorecidas e a alguns pagamentos agro-ambientais.
- ✓ Evolução do modelo de ajudas directas (RPU e outras AD) baseado em novos objectivos, fundamentos e critérios de distribuição: maior equidade entre agricultores, regiões e Estados-Membros, reforço da legitimidade por apoio a bens públicos não remunerados pelo mercado.
- ✓ Política de D.Rural, forte, flexível e mais adaptada e mais específica relativamente à diversidade dos territórios (investimentos inovadores, gestão de riscos incluindo seguros, aumento da sustentabilidade ambiental). Maior articulação com as restantes políticas comunitárias.



Fontes de referência dos indicadores

Superfície Agrícola Útil (SAU)
Superfície florestal
Emprego Agrícola (UTA)
SAU em zona desfavorecida
SAU em Natura 2000
Valor da produção agrícola (preços no produtor)
Balança Agro Alimentar
Valor acrescentado líquido a custos de factores (VALcf)
Ajudas Directas (limites máximos nacionais em 2013)
Despesa Agrícola (FEAGA e FEADER)

2007, Farm Structure Survey, Eurostat
2005, State of Europe's Forests
2009, Farm Structure Survey, Eurostat
2007, Farm Structure Survey, Eurostat
EEA Natura 2000 spatial dataset (Mid 2009) + Corine Land Cover 2000; cit.in Rural Development Report 2009,CE (BC10).
Média anual 2007-2009, Economic accounts for agriculture, Eurostat
2006, GPP, a partir de EUROSTAT.
Média anual 2007-2009, Economic accounts for

Anexo VIII ao Reg. (CE) n.º 73/2009, de 19 de Janeiro de 2009, com alteração dos limites máximos nacionais PT a partir 2010 (vinha).

agriculture, Eurostat

Média anual pagamentos 2007-2009 FEAGA, *Relatórios de Execução Financeira, Comissão Europeia*

Média anual dotação indicativa FEADER, *Decisão da Comissão 2009/782/CE "Eixo 3 e resto apoio" inclui despesas de Assistência Técnica e RRN*

19



O Futuro da Agricultura Portuguesa com a nova PAC

Perspectiva da Administração

Colóquio

Reforma da PAC

A Agricultura como sector estratégico na Economia do País





Hugo Costa Ferreira – GPP - DSPMA 17 de Novembro de 2010 Ponte de Sor



GPP Gabinete de Planeamento e Políticas Acorpsor – Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor